COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

LEONARDO OLIVEIRA DE LIRA

O ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO

SÃO PAULO

2023

LEONARDO OLIVEIRA DE LIRA

O ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO

Projeto desenvolvido para a disciplina Reportagens Especiais, do curso de Jornalismo da Universidade Anhembi Morumbi, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Silvestre Cardoso.

SÃO PAULO

2023

Resumo

Este artigo acadêmico possui como objetivo contextualizar a presença do ensino religioso no Brasil, apresentando a presença de tal conceito desde os primórdios do país, e a sua evolução conforme o passar dos anos. Mostrar os prós e os contras do ensino religioso, de acordo com experiências e ocorridos.

Também estará presente no artigo uma maneira de procurar entender como e se o ensino religioso poderia de alguma forma ter participação e ajudar na diminuição dos casos de intolerância religiosa que ocorrem no país e tem ganhado mais visibilidade durante os últimos meses e se pode influenciar as próximas gerações o respeito com as diferentes crenças e culturas, incentivando o pluralismo religioso.

A ideia é que o artigo possa fluir e funcionar de maneira didática, de forma imparcial, trazer dados e fontes que auxiliem no entendimento de que existem fatores que pesam favoravelmente e contra o ensino religioso, e por fim, com os dados apresentados permitir que cada um conclua se o país precisa dessa disciplina, e de que forma ela poderia entrar em exercício.

Dentre os métodos utilizados para a construção do conteúdo deste artigo acadêmico estão incluídos uma pesquisa feita via plataforma de formulários com alunos de duas universidades particulares do Estado de São Paulo, uma conversa com a Professora de Ensino Fundamental, Ana Maria Gonçalves, formada no Magistério em Minas Gerais, e o auxílio de obras como “Ensino Religioso – Perspectivas Pedagógicas” e “O Ensino Religioso no Brasil: Tendências, conquistas, perspectivas”, ambas da autora Anísia de Paulo Figueiredo, entre outras.

Palavras-chave: ensino religioso; intolerância religiosa; crenças; culturas; pluralidade religiosa.

Sumário

Introdução.....4

Fundamentação Teórica

A Religião no meio Educacional.....6

O Ambiente Escolar.....9

Visão Popular e suas Perspectivas.....12

Considerações Finais.....14

Fontes e Referências Bibliográficas.....16

Introdução

Historicamente, o Brasil sempre teve envolvimento entre religião e educação. No período colonial, a colonização trouxe consigo a expansão da Igreja Católica, portanto, às primeiras bases educacionais no Brasil, foram católicas. Posteriormente, muitos anos depois, o ensino religioso havia sido reinserido nas escolas em Minas Gerais no ano de 1928, por meio do secretário de governo Francisco Campos durante o governo de Antonio Carlos de Andrada, e posteriormente em decreto de 1931, quando o mesmo Francisco Campos era Ministro da Educação do governo provisório do presidente Getúlio Vargas.

Mais recentemente, em 1996, com uma nova elaboração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que já passou por diversas alterações durante o passar dos anos, o Governo inseriu a disciplina no ambiente escolar, entretanto com matrícula facultativa.

Na atualidade, os casos de intolerância religiosa têm sido cada vez mais comuns e têm ganhado mais espaço para debate na mídia, ainda que não seja o suficiente. No Estado de São Paulo, em 2021, foram 15.296 os casos de intolerância religiosa, em dados divulgados pela SSP em 2022.

Segundo Vygotski: “o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”. (apud DAVIS e OLIVEIRA, 1993, p. 56). Contudo, o ambiente escolar sendo considerado um estimulante de desenvolvimento e de interação humana, pode ser um espaço oportuno para explorar o conceito de pluralismo religioso. O Brasil é uma república laica e a educação é um bem público, portanto às escolas públicas são um espaço pertinente para tal. É um fato que ninguém tem a obrigação de crer nos ideais e na fé do outro, entretanto, o respeito à humanidade do próximo é importante para a formação do indivíduo.

Contudo, com o conjunto dos fatos já citados, o ensino religioso poderia ter condições para contribuir de forma positiva, trazendo uma educação reflexiva, com apoio ao combate à intolerância, exclusão social e tantos outros tipos de violência que são diariamente praticadas com as mais diversas crenças e culturas.

Entretanto, é necessário entender que obstáculos e fatores adversos devem surgir e tornar mais difícil a realização dessa ideia de ensino. O preparo de

profissionais para guiar a função de educar nesse sentido, é uma das adversidades, levando em consideração que não pode haver parcialidade por parte de uma crença específica, vale salientar novamente, a proposta é entender e explorar a pluralidade religiosa, e não pregar apenas uma.

No ano de 2015, em uma audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal, especialistas expuseram seus argumentos sobre o Ensino Religioso na Educação, onde foi possível observar uma grande divisão de perspectivas sobre o assunto. O Professor Luiz Antônio da Cunha, por exemplo, se mostrou contra e alegou que seria um retrocesso no país. Já o Professor Virgílio Afonso da Silva, chegou à conclusão de que é importante que as crianças tenham contato com diferentes histórias, culturas e práticas religiosas. Entre argumentos favoráveis e desfavoráveis ao assunto, é possível notar que existe muita divergência quando se trata do assunto.

Este artigo tem como objetivo relacionar os conceitos de diversidade religiosa e/ou cultural na formação do ser-humano, mostrar como o ensino religioso pode trazer benefícios para o respeito à diversidade de acordo com a perspectiva pedagógica.

A fundamentação teórica deste artigo será dividida em três pilares para a construção de uma conclusão no final.

O primeiro tópico será a contextualização. Nele será explicado o conceito de ensino religioso e suas vertentes. O segundo tópico será o ambiente escolar. Neste tópico irá ser avaliada as condições que o ensino religioso requer. O que este ensino exige por parte dos profissionais, o que promete passar para os alunos e a maneira que deve ser transmitido para eles. Por fim, o terceiro tópico mostrará as perspectivas. Com uma pesquisa feita pela plataforma Google Formulários, 27 alunos universitários de duas faculdades do Estado de São Paulo foram entrevistados e deram algumas palavras de suas perspectivas deste método de ensino. Ao final, pretende-se concluir se tal modelo de ensino cabe no sistema educacional atual com base nas informações obtidas.

A Religião no Meio Educacional

KERKHOFF (2016), em sua tese, baseado no site do Curso de Licenciatura em Ciências da Religião da FURB, apresenta a proposta da aula de religião como uma disciplina da educação básica brasileira que faz o levantamento de reflexões com a abordagem sobre os fundamentos, os costumes, as tradições e os valores acerca das diferentes variedades de religião presentes na sociedade brasileira.

Com dados divulgados pela Agência Brasil, no ano de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) em uma decisão, por 6 votos a 5, aprovou o ensino religioso confessional em instituições de ensino da rede pública. No entanto, ainda hoje, a medida causa muitos questionamentos relacionados ao ensino religioso. Normalmente dúvidas relacionadas a obrigatoriedade dos alunos de cursarem a disciplina, ao seu funcionamento, se existem diferenças nas formas de ensino conforme a escola, entre outras dúvidas que podem vir a surgir sobre o assunto que desencadeia uma divisão de opiniões.

É estabelecido, com as informações até então obtidas, que a educação religiosa tem como objetivo promover a compreensão de diferentes religiões e culturas, promovendo temáticas com a metodologia interdisciplinar por meio de atividades que trazem à tona o diálogo entre a pluralidade religiosa.

Também em 2017, o Jusbrasil destacou que existem duas maneiras de se executar o ensino religioso, são elas o ensino confessional e o ensino pluriconfessional. No caso do ensino confessional, que é aquele que de certo é mais presente e comum no dia a dia, são ensinados e propagados conteúdos e informações sobre uma religião em específico. Em contrapartida, o ensino pluriconfessional trás o ensino e informações sobre diversas religiões.

A proposta do ensino religioso não visa a doutrinação dos estudantes, muito menos a imposição de uma crença em específico. Em uma suposição, se parte dos defensores do ensino religioso argumentassem que ele auxilie na formação do caráter dos alunos, a disciplina reforçaria ideias e conceitos que são julgados como sendo importantes pela família do estudante. Dessa forma, a matéria intuitivamente promoveria uma visão harmônica acerca do mundo, e é esperado que também tenha a responsabilidade de influenciar um convívio de forma

respeitosa entre os alunos sobre diferentes grupos religiosos, sejam eles presentes na classe, ou não.

Em artigo escrito por Eliane Moura da Silva, Professora Doutora no Departamento de História pela Unicamp, é abordado que o papel do indivíduo na sociedade também é presente e importante na disciplina de religião, dessa forma, a criança será induzida a entrar em contato com noções de ética, justiça, paz e respeito entre as diferenças. Vale sempre ressaltar que o intuito não é a persuasão da criança ou incentivá-la a seguir ou não uma religião em específico, mas sim que ela obtenha conhecimentos diversos, não apenas sobre religião, mas sobre cultura, sociedade, comportamento humano e sobre discernir o que é visto como correto ou errado na sociedade, trazendo uma oportunidade também de discutir assuntos presentes no cotidiano, como a violência e o bullying.

Nas escolas públicas, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases[1] (LDB), a existência da oferta de uma disciplina de religião é obrigatória por parte das instituições que contenham o ensino fundamental. No entanto, a matrícula do aluno é optativa, ou seja, caso não haja interesse dele, ou por parte de seus responsáveis, ele não precisa cursar.

Ainda de acordo com a lei, a disciplina deve ser oferecida dentro dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. A lei ainda consta que deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

O proselitismo é a tentativa de convencer as pessoas ou conseguir adeptos via instrução oral e didática. O Catecismo, por exemplo, é uma forma de proselitismo, pois este inclui a tentativa de convencer os seus alunos ao envolvimento com uma religião em específico. Contudo, mesmo que a disciplina seja de caráter confessional, que é fornecer informações e abranger várias religiões ao invés de uma em específico, não pode haver tentativa de conversão.

[1] "Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Uma escola confessional é aquela que tem vínculo e está associada a algum determinado grupo religioso, como as igrejas por exemplo. No Brasil, majoritariamente, as instituições de ensino confessionais são cristãs, tendo ligação com a Igreja Católica ou com alguma Igreja Evangélica, um exemplo é a Adventista.

Nessas ocasiões, a instituição possui a sua própria metodologia de ensino e os seus principios baseados em sua própria religião, assim distinguindo de uma escola laica. Além de, o desenvolvimento dos alunos é relacionado de acordo com a religião estabelecida. Outra diferença é que a escola confessional se baseia em uma corrente filosófica-teológica, enquanto uma escola laica baseia o seu ensino em uma corrente pedagógica.

Na tese de Luciana Medeiros Leite, do Curso de Especialização em Educação e os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural para o Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de Brasília, foi realizada uma abordagem sobre a presença do ensino religioso no Brasil, e como conclusão final, ela conta que a concepção geral existente acerca da educação religiosa impede uma maior exploração deste tipo de ensino

> ainda nos dias atuais, os ideais que formaram a disciplina de ensino religioso são barreiras para que essa disciplina avance nos aspectos pedagógicos e sociais. A concepção que professores, estudantes e a própria escola tem sobre o ensino religioso possibilita que ele não seja explorado com a devida riqueza, em alguns contextos.

Este trecho mostra que não é dada a devida importância ao assunto por parte geral das pessoas e dos líderes educacionais. A educação religiosa é apresentada em segundo plano, e até mesmo os docentes das escolas não recebem as informações necessárias para abordar o ensino. Os próprios alunos não possuem a contextualização do que de fato se trata o ensino religioso, os fazendo criar uma visão diferente do que de fato é.

O Ambiente Escolar

Historicamente o preparo e a formação de profissionais e docentes envolvidos com o Ensino Religioso no Brasil, possui uma ligação direta ao passado, onde o processo de desenvolvimento educativo para esta área de conhecimento nas unidades escolares era de responsabilidade voltada para os agentes pastorais das Instituições religiosas.

Na perspectiva de FIGUEIREDO (1996, p. 5), a reflexão com início na década de setenta com a criação da Lei n. 5.692/71, que propunha a implantação do Ensino Religioso como sendo uma “oferta obrigatória” por parte da Unidade Escolar, trazendo assim a opção de o estudante escolher se deseja ou não a disciplina, gerou um

> salto de qualidade na busca da identidade do ensino religioso, com a distinção entre o ensino religioso na escola e catequese na comunidade eclesial. Criaram-se programas para a formação de professores e curriculares em aspectos antropológicos, sociológicos, pedagógicos e políticos foram evidenciados, deixando para trás conteúdos de doutrinação e práticas desvinculadas da experiência cientifica e cultural.

Na obra Ensino Religioso: Perspectivas Pedagógicas, FIGUEIREDO aponta como o ambiente escolar é um espaço que permite a criança expandir o seu conhecimento e explorar as suas curiosidades, que em idades específicas estão a flor da pele. A criança está a todo momento lendo o mundo e reconhecendo as suas condições e a fraqueza humana. A criança é capaz de reconhecer a pobreza e reconhecer necessidades, e trazer esses temas tanto para dentro de casa, como para a escola.

O Ensino Religioso não deve se prender apenas a superfície de conhecer religiões diferentes, mas também para dar espaço para que a criança agradeça por ter um teto para dormir, mas também refletir a respeito da criança que não possui um teto, um alimento, que precisa de saúde, educação e roupas.

A sala de aula é um espaço propício para a reflexão sobre respeito e dignidade humana. A criança naturalmente busca significado para os acontecimentos do

mundo, ela busca sentido, busca saber das coisas, e por isso ela tem tantas dúvidas. A religiosidade estimula a criança a buscar e a deixar-se conduzir. Figueiredo (1994, p. 46) comenta que a dimensão religiosa é a predisposição do indivíduo para a experiência religiosa individual que nasce do eu mais profundo.

Resta então saber se as condições oferecidas aos alunos e se o preparo dos docentes será de nível minimamente qualificativo para que seja entregue uma experiência com a premissa de gerar frutos e um desenvolvimento efetivo, dando espaço para dúvidas, questões e aprendizado.

Em entrevista exclusiva[2] feita com a docente Ana Maria Gonçalves, professora de ensino fundamental na rede pública em São Paulo, ela se posiciona de forma favorável a educação religiosa, desde que exista preparo aos profissionais, e que os seja entregue a possibilidade de respaldo em seus trabalhos, além de recursos para que isso seja bem-feito. A professora formada pelo Magistério também comentou sobre a necessidade de contratação e investimento em profissionais especializados no âmbito, e não apenas colocar qualquer docente que não possua propriedade no assunto, nesse caso seria apenas mais uma disciplina em meio a tantas outras.

As colocações da professora são voltadas para a falta de materiais, os conflitos frequentemente presentes entre os alunos e até mesmo a ausência de profissionais durante o semestre são apenas alguns dos pontos que são marcas da precariedade que o ensino público brasileiro tem sofrido com o tempo.

A realidade vivida pelo educando tem prioridade sobre o seu currículo. Dois aspectos individuais do ser-humano merecem ser destacados, são eles o aspecto social e o aspecto pessoal. Tais relações são compostas por liberdade e por responsabilidade. Antropologicamente, os componentes humanos essenciais, como felicidade, amor, liberdade, busca da verdade, vontade, Deus, estão em luta permanente.

De forma abrangente, o ambiente escolar e os executores do ensino são os pilares para se obter um projeto objetivo, mas ainda assim não é garantia de que

[2] A entrevista foi realizada virtualmente, perguntas sobre o que a docente pensa sobre o ensino religioso e sobre a situação atual do ensino brasileiro foram feitas.

a efetividade será completamente alcançada. Agora é necessário entender se as instituições estarão dispostas a fornecer este tipo de ensino, e se irão compactuar com essa ideologia de abranger diferentes crenças e conceitos de desenvolvimento humano.

No ano de 2017 foi feito um levantamento que constava que quase todas as redes estaduais proíbem professores de ensino religioso de promoverem uma só crença[1]. Quase todas as secretarias estaduais de educação afirmam que suas regulamentações regionais permitem apenas o ensino religioso não confessional nas escolas – onde o professor apresenta aos estudantes as histórias de todas as religiões, além de conteúdos de promoção da tolerância e do respeito pela liberdade de credo.

Visão Popular e suas Perspectivas

O levantamento da possibilidade da existência da presença do ensino religioso na educação acaba gerando diferentes reações e perspectivas entre as pessoas, o que é natural, dificilmente vai existir algum assunto com conclusões unanimes, e é claro que a opinião da massa é relevante para a consideração desse tipo de ensino. Mas afinal, qual será a visão que a geração que tem a informação na palma de sua mão tem sobre a aula de religião?

Para a realização deste artigo científico, foi produzido uma pesquisa por meio da plataforma Google Formulários. A pesquisa foi encaminhada para duas salas de duas instituições de ensino particular em São Paulo. Sendo elas, respectivamente, a turma do primeiro semestre matutino do curso de psicologia na Universidade Anhembi Morumbi, e a turma do terceiro semestre noturno do curso de design no Mackenzie. Os cursos e turnos foram escolhidos por seus alunos serem relativamente novos, a margem de idade figurava entre 21 e 23 anos, com exceção de uma aluna em psicologia com idade mais avançada que não quis se identificar. As instituições foram decididas pelo fácil acesso e localização.

A pesquisa teve como objetivo compreender e descobrir qual é a visão que os ex-alunos têm sobre o ensino religioso, e saber se estes já passaram por experiencias desse meio.

Ao todo foram quinze respostas obtidas dos alunos de psicologia, por outro lado, apenas doze alunos de design responderam à pesquisa. Dos vinte e sete alunos ao todo, apenas sete estudaram em redes públicas.

A principal pergunta abordada na pesquisa foi questionando aos alunos sobre o que eles acreditavam que era o ensino religioso. Dentre as respostas houve contrapontos, enquanto uma aluna, do curso de design, disse que acredita que o ensino religioso seja uma forma das pessoas falarem sobre determinada religião de forma a transmitir o conhecimento acerca dela, sem impor pensamentos ou opiniões, também foi registrada a resposta de um outro aluno, dessa vez do curso de psicologia, afirmando acreditar que o ensino religioso é um tipo de matéria “sucateada” e “distorcida”.

Essa imagem de matéria distorcida como relatou o aluno anteriormente, deve estar atrelado a falta de informação, onde os indivíduos acreditam que tal ensino possui como objetivo a imposição e doutrinação. Outra resposta que vale ser ressaltada foi a resposta de outra aluna de psicologia, que disse que o ensino religioso é um ensino oferecido da religião que se é seguido, o que se trata, é claro, do modelo confessional.

Também foi questionado no formulário sobre se algum dos pesquisados haviam passado por algum tipo de ensino religioso. Ao todo apenas cinco passaram, sendo três deles tendo feito Catecismo e os outros dois tendo estudado em escolas religiosas. Uma das alunas relatou ter estudado em uma escola de cunho religioso, baseada naquilo que a sua família acreditava. Outra aluna relatou ter feito Catequese e ter estudado em um Colégio Católico, algo realizado pela vontade de seus responsáveis, a aluna ainda relatou não se identificar mais com a religião na atualidade.

Contudo presume-se que muitas vezes, a vontade dos responsáveis compreensivelmente se sobressaem e seus filhos acabam precisando frequentar tais modelos de estudo.

Por fim, na pesquisa ainda havia o questionamento sobre ser ou não favorável ao ensino religioso na educação, como resposta foram dezessete alunos contra enquanto apenas dez foram a favor.

Os resultados mostram que as pessoas enxergam o modelo confessional como sendo a única forma de ensino religioso. Fora isso, aqueles que frequentaram instituições de ensino religiosa contra a sua vontade, mas sim, por decisão dos responsáveis, tendem a preferência de que não tenha o ensino religioso, com exceção daqueles que seguiram a religião posteriormente por vontade própria, é claro. Fazendo uma comparação da proporção dos alunos que participaram da pesquisa, é possível imaginar que os mais jovens tendem a ser em maioria contra o ensino religioso.

Considerações Finais

Contudo, após todas as informações e dados coletados até aqui, pode-se notar que existe uma polarização quando se trata da forma que o ensino religioso e recebido e visto pelas pessoas. Racionalmente, ao unir todos os tópicos e pilares pontuados, é inegável que este ensino traria mais pontos positivos do que pontos negativos. É claro, teria uma função social muito importante e poderia auxiliar consideravelmente no desenvolvimento dos jovens e das crianças como seres-humanos.

Entretanto, com a divisão de opiniões, é improvável e talvez até inviável implantar um ensino religioso na educação. Tudo aquilo que divide lados e gera conflitos de visões normalmente é visto como negativo pelas pessoas que estão no comando, não faz sentido tomar uma decisão que irá dividir opiniões e, pior do que isto, gerar polemica e desagrado, mesmo que não seja por toda a parte das pessoas.

Muitas das pessoas consideradas da “velha guarda”, com criações mais tradicionais e conservadoras, podem imaginar que se trata de um ensino que distanciará os alunos das religiões estabelecidas por suas famílias, e pode existir um receio e culminar em um bloqueio.

Apesar da rejeição por parte dos mais tradicionais, também é nítido que existe a aprovação de outra parcela de pessoas. Alguns professores, como a professora questionada no artigo, alguns jovens, como os universitários também entrevistados, representam uma parcela das pessoas que enxergam como sendo uma forma de agregar e evoluir o convívio e a aceitação do diferente pelas pessoas, que muitas vezes, ocasionalmente acabam sendo ignorantes quando se trata de culturas e crenças que se distanciem de suas visões e dos costumes que foram acostumados.

Com relação a probabilidade de o ensino religioso na educação acontecer, os dados apontam uma difícil chance de se tornar real, é claro, ainda existirá a matéria optativa para aqueles que decidirem por conta própria ou por indução familiar poderem seguir da maneira que acharem melhor, no entanto é improvável que seja algo além disso, contudo se torna improvável.

Por outro lado, a hipótese da maneira positiva que o ensino religioso na educação pode influenciar no desenvolvimento pessoal e humano, assim como foi mencionado diversas vezes no artigo pode ser comprovada pelos trechos dos artigos e dos livros utilizados ou pela profissional consultada.

Enfim, por mais que seja uma realidade distante, o estabelecimento de um modelo de ensino religioso que busque a conscientização e a inclusão de todas as pessoas e suas culturas, é gratificante reconhecer que muitos jovens, como os que ajudaram na pesquisa para o artigo, entendam que providencias podem ser tomadas para mudar a nossa realidade, e que é necessário mudança para um futuro próspero e acolhedor.

Fontes e Referências Bibliográficas

B. IZIQUE BASTOS, Alice Beatriz. **Wallon e Vygotsky: Psicologia e Educação.** Edições Loyola: São Paulo, 2014.

KERKHOFF, Francine de Oliveira. **Ensino Religioso no Brasil: Tensões e Desafios da Diversidade entre formação Histórica e Prática Profissional.** Santa Catarina, 2016.

União dos Dirigentes Municipais de Educação SP (Undime), **Quase todas as redes estaduais proíbem professores de ensino religioso de promoverem uma só crença.** Disponível em <https://undime.org.br/noticia/03-10-2017-13-07-quase-todas-as-redes-estaduais-proibem-professores-de-ensino-religioso-de-promoverem-uma-so-crenca>

PONTES, Felipe. **Supremo autoriza Ensino Religioso Confessional nas Escolas Públicas.** Agência Brasil: Brasília, 2017.

LICIA, Brenda. **Ensino Religioso x Ensino Religioso Confessional.** Jusbrasil, 2017.

DA SILVA, Eliane Moura. **Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania.** Revista de Estudos da Religião, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Art. 33.** Lei nº 9.394, 1997.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **O Ensino Religioso no Brasil: Tendências, conquistas, perspectivas.** Vozes: Rio de Janeiro, 1994.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Ensino Religioso - Perspectivas Pedagógicas.** Vozes: Rio de Janeiro, 1994.